

Em busca dos temas perdidos

Antonio Agenor Briquet de Lemos

Apresentação feita no fórum Formação do Profissional da Informação: Desafio Contemporâneo, no dia 26 de maio de 2014, organizado pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Não se assustem. Não pretendo emular a extensão ou a profundidade de Marcel Proust. Apelei para uma aproximação do título de seu clássico *Em busca do tempo perdido*, um pouco para chamar a atenção, para anunciar um pouco de mistério, mas, principalmente, porque temas aparentemente surgidos há pouco podem ter estado presentes em outros tempos, vistos com outros olhos de outra realidade.

Li recentemente um artigo de um norte-americano que, depois de trabalhar anos como jornalista, profissão em que ingressara sem ter de cursar uma faculdade de jornalismo, mas cujos conhecimentos e competências aprendeu na prática, colocar em dúvida sua opção posterior de fazer o mestrado de biblioteconomia.

Nas palavras dele: “Tirei meu mestrado em biblioteconomia. Hoje vejo que é legal ter esse mestrado, mas ponho em dúvida sua utilidade. Talvez porque eu fosse um estudante mais maduro e, como jornalista, tivesse aprendido bastante sobre como pesquisar informações organizadas. Na escola de biblioteconomia, no entanto, não aprendi quase nada que já não conhecesse ou que, honestamente, não percebesse que poderia ter aprendido facilmente no trabalho por minha conta.”

Ele diz que aprendeu muita teoria, mas que nunca estudou coisas que fossem “indispensáveis e concretas para a profissão”, como situações que se encontram na prática. Para ele as justificativas que são apresentadas para alguém fazer o mestrado em biblioteconomia não são convincentes, inclusive a de que ele é necessário para exercer a profissão, pois o curso nada tem a oferecer que você não possa obter por meio do aprendizado na prática. Além do mais, os salários recebidos não compensam o investimento em tempo e dinheiro. Ele acrescenta que muitas pessoas têm que fazer uma escolha difícil entre o

aprendizado na prática, que não confere diplomas, e, portanto, limita a ascensão na profissão, e obter os títulos necessários mas não conseguir emprego por falta de experiência ou excesso de qualificação.

Michael Kelley, editor do *Library Journal*, publicou essas ideias, na forma de editorial, no número de 29 de abril de 2013 dessa revista. Ele concluiu seu texto com duas considerações que me parecem importantes para este nosso encontro, guardada a cautela na transposição de ideias de um contexto onde predominam bibliotecas e serviços de informação de qualidade superior. A primeira delas é se queremos uma profissão que promova a inclusão ou a exclusão de talentos. Muitos que existem têm competência, têm talento, mas não têm diplomas, e, por isso, são excluídos. Nos Estados Unidos, acrescenta, que algumas bibliotecas, especialmente em áreas rurais, dependem de pessoal leigo.” E na segunda observação faz perguntas que nós pensávamos que estavam respondidas há muito tempo: “Seria possível a gente travar um debate racional sobre isso? [...] Por que o mestrado em biblioteconomia é indispensável? O que é que ele confere que não possa ser adquirido, progressivamente, também no trabalho? O mais importante, será que não podemos ter uma profissão fraterna, respeitada e inteligente sem depender excessivamente de um título dispendioso e desnecessariamente excludente?”¹

Para muitos de nós essa é uma discussão que remonta aos tempos quando Melvil Dewey planejava a implantação do primeiro curso de biblioteconomia no Columbia College e muitos bibliotecários, além da própria American Library Association, tinham dúvidas sobre as vantagens de um curso formal em comparação o com o treinamento em serviço. Um parêntese. O curso que Dewey implantou no Columbia College, praticamente à revelia da administração da faculdade, só permaneceu ali por um ano. Problemas com a administração de um *college* que não aceitava mulheres (e a primeira turma simplesmente tinha 17 moças matriculadas e três rapazes) levaram-no para a University of the State of New York, como bibliotecário e onde o curso seria recebido. Assim, é no mínimo um anacronismo dizer que tivemos influência, nessa época, da Columbia University, que, inclusive não era ainda uma universidade, mas um *college*.²

¹ KELLEY, Michael. Editorial. *Library Journal*, v. 29, April 2013.

² TRAUTMAN, Ray. *A history of the School of Library Service*: Columbia University. New York: Columbia University Press, 1954.

O texto do editorial do *Library Journal* remete também à nossa questão do reconhecimento da profissão e da reserva do mercado de trabalho para os titulados na forma da lei: nem menos, nem mais. Você não pode ter menos do que a graduação, mas, se, embalado pela cantilena da interdisciplinaridade, fizer uma pós-graduação em outra área, não estará dispensado dos prolegômenos da biblioteconomia e, portanto, não poderá ser bibliotecário. AQUI.

Uma experiência iniciada em 1955 – os cursos de bibliografia especializada, depois chamados de documentação científica – permitiu ao Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) introduzir na prática profissional, de bibliotecários e não bibliotecários, técnicas e conhecimentos novos que ainda não haviam sido incorporados aos cursos de graduação então existentes, como bibliografia especializada, normalização da documentação, mecanização de serviços técnicos, etc. Hagar Espanha Gomes e Célia Ribeiro Zaher, que trabalharam no IBBB desde seus primórdios e chegaram a ocupar sua direção, fizeram um relato, em 1972, que se relaciona em parte com que escreveu nosso colega norte-americano.³

Nesse trabalho elas lembram que o curso não estava aberto exclusivamente para diplomados em biblioteconomia, pois recebia pessoas de outras áreas. Esses profissionais de outras áreas podiam trabalhar, antes da lei que regulamentou a profissão de bibliotecário, em bibliotecas e outras unidades de informação, onde alguns alcançaram excelente desempenho. As autoras afirmam que esses documentalistas foram importantes na formação de escolas e cursos de biblioteconomia em outros estados e na criação de centros de documentação e bibliotecas centrais em universidades.

A propósito, vem-me à lembrança o nome do Dr. Clodoaldo Beckmann, médico ilustre, um dos fundadores da Faculdade de Medicina da Universidade do Pará, que, depois de fazer o curso do IBBB, organizou a Biblioteca Central dessa universidade onde também fundou o curso de biblioteconomia em 1963. Outros nomes importantes: Dóris de Queirós Carvalho, bacharel em direito pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil (1945) e que fez, em 1956, o curso de pesquisa bibliográfica em ciências naturais do IBBB. Maria de Nazaré Moreira Martins de Barros, formada em história, e que foi professora do

³ GOMES, Hagar Espanha; ZAHER, Celia Ribeiro. A experiência do IBBB na preparação de cientistas da informação. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO SOBRE PREPARAÇÃO DE CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO. Rio de Janeiro: IBBB, 1972, p. 315-323.

curso de biblioteconomia da Universidade Federal do Pará. Haverá outros de que não me lembro ou que não foram incluídos no *Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil* (1970)⁴.

Essa iniciativa do IBBD seguia justificativa de ordem prática, semelhante à que levou a Biblioteca Nacional, a Prefeitura Municipal de São Paulo, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e o Instituto Nacional do Livro a ministrarem cursos de maior ou menor duração, de maior ou menor complexidade, para capacitação e aperfeiçoamento de bibliotecários/documentalistas. Observe-se que o ensino da biblioteconomia teve nessas instituições, que não eram estabelecimentos de ensino, não só sua origem, mas também diferentes contribuições que provocaram mudanças significativas na formação de pessoal para o setor. Quando as universidades começaram a instalar, absorver ou desenvolver cursos de biblioteconomia, o país já possuía razoável experiência na capacitação de pessoal para as bibliotecas.

Sou de um tempo em que as discussões eram dominadas por dilemas (quase sempre falsos dilemas). Biblioteconomia *versus* documentação. Documentação *versus* ciência da informação. Código de catalogação da Vaticana *versus* código de catalogação da American Library Association. Sobrenomes compostos brasileiros: entrada pelo último ou pelo primeiro elemento? Biblioteconomia paulista *versus* biblioteconomia carioca. Documentalista *versus* bibliotecário. CDD *versus* CDU. Catálogo dicionário *versus* catálogo sistemático. Graduação *versus* pós-graduação. Começavam, além disso, a surgir novas palavras que aos poucos ocupavam o lugar das tradicionais. Aparece o uso do vocábulo ‘suporte’, provavelmente recebido por meio de textos franceses, para englobar as diferentes mídias, pois o impresso começava a perder sua hegemonia. Multimídias ou multimeios. Aos poucos a ficha vai cedendo vez ao registro catalográfico (*record*, em inglês, do latim *recordari*, dos tempos em que a memória estava no coração e não no cérebro).

Surgem novas disciplinas. Reprografia adquire *status* de matéria de ensino. Os cartões perfurados vão abrindo espaço. Vacila-se em como batizar a nova engenhoca, mais falada do que vista, que surgira nos EUA e cujas promessas, embora revolucionárias, ainda estavam longe do que seria conseguido em termos de trabalho com a informação textual: ordenador (à

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO. **Quem é quem na biblioteconomia e documentação no Brasil**. Rio de Janeiro: IBBD, 1970. Disponível em: <www.livroaberto.ibict.br/handle/1/991>.

francesa) ou cérebro eletrônico, ou computador? Informática? O que é isso? O uso pouco a pouco foi tornando alguns vocábulos esquecidos ou sujeitos a mudanças de significado, enquanto outros iam se tornando onipresentes.

Falarei agora de uma palavra onipresente em nossas vidas, tanto na vida profissional quanto na vida privada. Informação.

Há poucos dias, estávamos, numa loja especializada, comprando cerâmica para a reforma de um banheiro. O vendedor, solícito, nos dava explicações e sugestões. Ao indicarmos que um modelo que estava no mostrador nos agradava, ele comentou com ar compenetrado: “Sim, é bonito, mas tem muita informação”. Alguém, ao nosso lado, que esperava a vez de ser atendido, ao ouvir o comentário do vendedor, fez um discreto gesto que orientou nosso olhar para um casal que estava a alguns metros, e disse: “Se essa cerâmica tem muita informação, o que dizer daquela senhora com tantos berloques, balangandãs, pingentes, brincos e *piercings*, além de algumas tatuagens visíveis à distância? Estaria superinformada? Ou, melhor dizendo, bem-informada? Ou seria uma vítima da sobrecarga de informação?”

No avião em que viajei para São Paulo, havia um anúncio impresso naquele lenço que protege a parte de cima do encosto do assento que dizia: “Leve no bolso o que tem valor de verdade: informação.” Dizer informação é poder é um dos clichês de nossa época.

O excelente livro de Gleick, cuja leitura me foi recomendada pelo Luís Milanese, e que também recomendo a vocês, analisa diferentes significados da palavra informação em diferentes contextos históricos e diferentes campos do conhecimento.

Michael Proffitt, editor do *Oxford English dictionary (OED)*, diz que essa é uma palavra com “significativa produtividade linguística” (<http://public.oed.com/aspects-of-english/word-stories/information/>). O OED registra 18 definições do termo em sua forma simples e algumas dezenas de formas compostas. O Dicionário Houaiss também traz 18 definições para o vocábulo simples e uma para o vocábulo composto. O dicionário Webster traz dezessete. O Diccionario de la Real Academia, oito simples e outro tanto de formas compostas. O Larousse em linha é mais comedido e mostra sete definições na língua francesa, a qual, para complicar, ainda nos coloca à disposição outro vocábulo: *renseignement*; segundo alguns um sinônimo de *information*; segundo outros, um quase sinônimo.

São tantos os significados da palavra que o título completo do livro de Gleick é *A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada*. Uma enxurrada, algo que supera o que podemos suportar, algo que nos pode sufocar. Para mim, uma enxurrada de significados, que cresce a cada dia. Palavra que corre o risco de se transformar naquilo que os lexicógrafos chamam de ‘palavra-ônibus’, aquela “cujas acepções são tantas que não comportam delimitação semântica formal”, como troço, trem, coisa, treco, negócio... Como se a palavra informação fosse uma coisa proteiforme, como uma ameba a mudar de forma frequentemente.

Quando começo a pensar nos usos e na presença da palavra informação, principalmente em textos teóricos de biblioteconomia, ocorre-me, a título de ironia, arremedar as palavras iniciais do Manifesto Comunista, de 1848: “Um espectro ronda a biblioteconomia: o espectro da informação”. Espectro porque se trata de algo que se desgarrou de sua base física, algo incorpóreo, fugidio, e muitas vezes assustador, que vaga pelo universo, com o qual acaba por se confundir.

Durante milênios as atividades das pessoas que cuidavam da informação (no sentido de registros feitos em algum tipo de suporte) estavam ancoradas em um objeto. Mesmo a documentação, na proposta de Paul Otlet, tinha como finalidade oferecer, sobre qualquer assunto, informações *documentadas* (grifo meu) que fossem universais quanto ao seu objeto, certas e verdadeiras, completas, rápidas, atualizadas, fáceis de obter, reunidas previamente, prontas para serem comunicadas e colocadas à disposição do maior número possível de pessoas. E as atividades dos documentalistas estariam voltadas para reunir os conteúdos de todas as *publicações* e de todos os *escritos* para formar um *único livro universal*. É sempre bom lembrar que o subtítulo do *Traité de documentation* é “le livre sur le livre”.

Outro parêntese. Ortega y Gasset, remetendo para Platão, diz que os livros são ‘dizeres escritos’ (*logous gegrammenous*), ou ‘falas escritas’, ‘falares escritos’. Proponho que se pense em deslocar o conceito que, em nossa área, pretendemos expressar pelo vocábulo ‘informação’ para o vocábulo ‘enunciado’, que tem uma relativa neutralidade, despido de conotações, que pode ser qualificado por outros termos que o tornem mais ajustado a diferentes contextos, como, por exemplo, ‘enunciados escritos’, ‘enunciados orais’, ‘enunciados visuais’, ‘enunciados digitais’. Assim estaria claro que lidamos com algo que só adquire significado quando se instala e é processado na mente de alguém. Temos que lidar com o que antecede a informação, que seriam os enunciados que são portadores dela, em diferentes suportes. Fecho o parêntese.

Desnecessário dizer que os livros e demais registros impressos, ao lado do imóvel que os abrigava, vêm formando, há séculos, os pilares do ofício de bibliotecário. Nossas âncoras, os cabeços dos cais de nossas vidas profissionais, onde amarrávamos os fios de nossas técnicas, de nossos saberes, de nossos misteres. Edson Nery da Fonseca gosta muito de citar Mallarmé: “Tout, au monde, existe pour aboutir à un livre.” [A citação é do texto *Le livre, instrument spirituel*, que está no livro *Divagations*, 1897, p. 273-280: “Une proposition qui émane de moi — si, diversement, citée à mon éloge ou par blâme — je la revendique avec celles qui se presseront ici — sommaire veut, que tout, au monde, existe pour aboutir à un livre” (Uma proposição que emana de mim — sim, diferentemente, citada como elogio ou censura a mim — eu a reivindico com as que se resumirão aqui — quer a síntese, que tudo, no mundo, existe para acabar num livro.)

Lembro-me que, no início da década de 1970, perguntei a um professor alemão que viera participar de um seminário sobre a Classificação Decimal Universal (CDU) qual era, na sua opinião, a diferença entre o trabalho de um bibliotecário e de um documentalista. Sua resposta foi curta e cortante: “O documentalista abre as publicações que recebe.” Ele queria dizer que o documentalista examinava o conteúdo das publicações. Posso dizer, o documentalista lia (ou apreendia) os enunciados presentes nas páginas.

O grande debate que então acontecia era entre os que defendiam as vantagens da documentação, sua contemporaneidade, e os que diziam que ela não passava da velha e boa biblioteconomia tratada do ângulo das necessidades das ciências e das técnicas. O que seria a informação científica e técnica. Havia no quadro do serviço público federal a categoria funcional de documentalista, que conviveria por algum tempo com a do bibliotecário. Os cursos de biblioteconomia incorporaram o ensino de documentação aos seus conteúdos, como uma disciplina obrigatória a partir do currículo mínimo de 1962, embora o que fosse ministrado fosse essencialmente a história da documentação.. Não era preciso formar documentalistas porque os bibliotecários já eram documentalistas *avant la lettre*.

Outro tema dicotômico (ou seria bipolar?) que aparecia nos poucos textos que se publicavam sobre a biblioteconomia no Brasil mencionava outro conflito: modelo francês *versus* modelo americano. Revisitando esses textos e lançando mão de fontes agora mais facilmente disponíveis na internet, constatei que essa era uma afirmação que se repetia acriticamente, sem a devida consulta a fontes originais e sem uma explicação que tornasse mais clara a história. Como vários outros casos em nossa literatura biblioteconômica.

Em que consistiam esses modelos? O francês, primeiro e único curso do mundo na área durante muitos anos, que teve influência na criação de cursos semelhantes em Viena, Florença, Vaticano, Marburgo e Liverpool, por exemplo, foi fundado em 1821. Uma típica *grand école*, hoje denominada École Nationale des Chartes, vinculada à Sorbonne, sempre esteve ligada à preservação e organização do patrimônio arquivístico e bibliográfico francês. Seu ensino era de natureza prática e a orientação humanística de algumas de suas disciplinas se devia à própria natureza do material com o qual os profissionais dali saídos iriam trabalhar, e que exigiriam conhecimentos associados às então chamadas ‘disciplinas auxiliares da história’, dentre as quais estavam a arquivologia e a biblioteconomia.

Os alunos de Chartes (os *chartistes*) estudavam paleografia, diplomática, arqueologia, história, instituições políticas, administrativas e judiciárias da França, bibliografia geral e serviços de bibliotecas, serviços de arquivos e filologia latina (latim medieval, francês antigo e provençal. O exame de ingresso era exigente (latim, história da França antes de 1815, geografia histórica da França, alemão ou inglês, em exames escritos e orais). O curso durava três anos e se concluía com a apresentação de uma tese. Formava arquivistas-paleógrafos e bibliotecários. Formava pessoal para o trabalho prático. As publicações de seus professores, de seus ex-alunos, poderiam, sim, ser enquadradas no que se convencionou chamar tradição humanística porque elas versavam sobre temas geralmente associados às humanidades, como a história, as línguas clássicas, a filologia, a filosofia. À erudição.

Teria sido esse o modelo adotado na Biblioteca Nacional? Aqui, o exame de admissão consistia em prova escrita (redação) de português e uma prova oral sobre geografia, história universal, história literária e tradução do francês, inglês e latim. Parece mais simples do que o exame de ingresso de sua congênere. E quem já cursasse algum curso superior ou tivesse sido aprovado em concurso para a Biblioteca Nacional estava dispensado desse vestibular. O curso durava menos de um ano: de abril a novembro.

Destinado, de início, aos seus próprios funcionários, o conteúdo do curso teria que refletir as necessidades de uma biblioteca, que nascera real e europeia, dirigida durante quase 60 anos por europeus, a maioria religiosos, rica em obras raras, estampas, manuscritos e moedas e medalhas. Daí as disciplinas bibliografia, paleografia e diplomática, iconografia e numismática. Convém esclarecer que o conceito de bibliografia então adotado era muito mais amplo do que o de hoje.

Os programas das disciplinas do curso, ministradas em 1917, encontram-se em relatório de pesquisa de Simone Weitzel⁵ e foram transcritos na dissertação de mestrado de Neilia Barros Ferreira de Almeida,⁶ onde os examinamos. Reproduzo aqui o programa da disciplina bibliografia, que englobava muito do que mais tarde seria desdobrado em outras disciplinas dos cursos de biblioteconomia da Biblioteca Nacional, da década de 1930 em diante:

1. Bibliografia: noções preliminares. 2. Tipografia: composição e impressão. 3. O livro: ornamentação, ilustração, *ex-libris*, formato. 4. Encadernação. 5. O papel: história e fabricação. 6. Conservação e restauração dos livros. 7. Invenção da imprensa; transição do livro manuscrito para o impresso; primeiros impressores. 8. Características do livro antigo e do moderno; incunábulo e cimélio; livros raros e preciosos; falsificações bibliográficas. 9. O jornal; a revista; o folheto; publicações periódicas. 10. Classificação; sistemas principais. 11. Classificação decimal; suas modificações. 12. Catalogação; arrumação dos livros e preparo para a catalogação; o bilhete sistemático; a ficha. 13. O catálogo; fontes de informação; repertórios. 14. A imprensa no Brasil; livros e jornais; impressores e editores; bibliografia nacional; fontes de informação. 15. Bibliotecas: história, construção, iluminação, mobiliário. 16. A Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; fundação e fases do seu desenvolvimento; bibliotecas no Brasil. 17. Organização e administração das bibliotecas; pessoal; estudos gerais e técnicos; exames e concursos. 18. Secretaria e arquivo; legislação, regulamentos, direitos autorais. 19. Serviço de informações. Serviço de permutações internacionais. Empréstimo domiciliar. Aquisição e remessa de livros, manuscritos, estampas e peças numismáticas para as seções. Oficinas gráficas.

O curso foi extinto em 1922 e retomado, modificado, em 1931. Ou seja, ele funcionou, nessa primeira fase, apenas nos anos de 1915 a 1920. Nesses cinco anos, de um total de 48 alunos que se matricularam a maior parte desistiu, e apenas três se submeteram aos exames finais, tendo sido dois entre quatro em 1916, e um dentre cinco em 1917. Simone Weitzel foi mais arguta do que eu e encontrou seis concluintes do curso.

⁵ WEITZEL, Simone da Rocha. **Relatório final do projeto de pesquisa**: origem e fundamentos do ensino de desenvolvimento de coleções no Brasil, a partir da 1ª fase do curso de biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2009.

⁶ ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil**: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino. 2012. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência da Informação, UnB, 2012. Disponível em: <www.repositorio.unb.br/bitstream/.../2012_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf>.

Seriam esses números suficientes para evidenciar uma influência sensível do chamado modelo francês no ensino de biblioteconomia no Brasil? A comparação dos diferentes elementos que constituíam os dois cursos mostra diferenças muito grandes. Se copiamos esse modelo francês o resultado foi uma cópia pálida, muito esmaecida, do curso de uma escola por onde passaram alguns nomes importantes da história cultural francesa, como Charles-Victor Langlois, Henri-Jean Martin, Georges Bataille e Roger Martin du Gard.

A análise dos relatórios da Biblioteca Nacional no período também não revela muitas viagens de seus funcionários à Europa, a não ser a de Ramiz Galvão, que ali ficou quase um ano (1873-1874), visitando bibliotecas e comprando livros e manuscritos para a Biblioteca Nacional, e a de João Gomes do Rego, sub-bibliotecário e chefe da seção de numismática, que, em 1913, visita o British Museum, a Bibliothèque Nationale e a Biblioteca Nacional de Portugal. Em 1907, quatro anos antes de criar os cursos da Biblioteca Nacional, Manuel Cícero Peregrino da Silva realizou uma longa viagem pela Europa e Estados Unidos da América para conhecer as principais bibliotecas públicas, quando já se avizinhava a inauguração do novo prédio, o que ocorreu em 1910. Grande parte do mobiliário e equipamentos da biblioteca foram adquiridos nos Estados Unidos. Atente-se para o fato de que a Europa estava em guerra (1914-1918) durante o período em que o curso funcionou. Outro fato a considerar é que Manuel Cícero Peregrino da Silva e seus auxiliares provavelmente estavam a par do que acontecia no mundo bibliotecário norte-americano, uma vez que a Biblioteca Nacional recebia o *Library Journal*, onde podiam encontrar informações sobre o ensino de biblioteconomia nos EUA. Por outro lado, deviam saber qual era a estrutura e o conteúdo do ensino na França, pois outra revista que a biblioteca recebia era a *Bibliothèque de l'École des Chartes*, que traz vários artigos sobre esta escola.

Quanto ao chamado 'modelo americano', não há dúvida de que existia, e existe, e se acha bem documentado. Ao contrário dos tempos da influência europeia a influência dos EUA surgia patrocinada por beneméritas e generosas fundações, além do apoio governamental norte-americano. A partir do final da década de 1930, muda-se a rota seguida por profissionais em busca de conhecimentos especializados. Sabe-se que Sílvia Grillo, do Rio de Janeiro, esteve nos EUA em 1938, antes, portanto, da ida de Rubens Borba de Moraes, em 1939. Outros bibliotecários do Rio continuaram trilhando esse percurso a partir da década de 1940. A Europa, em guerra desde 1939, não oferecia condições para que brasileiros ali fossem estudar. Além de Sílvia Grillo, sabe-se que, na década de 1940, bibliotecários da Biblioteca

Nacional, como Heloísa Cabral da Rocha Werneck, Cecília Helena de Oliveira Roxo e Emanuel Eduardo Gaudie Ley, Otávio Calazans Rodrigues, Vera Barbosa Oliveira e Maria Antonieta de Mesquita Barros foram estudar ou conhecer bibliotecas norte-americanas.

Em aproximadamente cinco anos a quantidade de profissionais que foram aos EUA superara a de todos os que haviam visitado, em caráter profissional, a Europa. Um dos estímulos disso era a política de boa vizinhança, os tempos do ‘imperialismo sedutor’, na irônica expressão de Antonio Pedro Tota em seu livro sobre a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. Os americanos haviam chegado. Terminada a guerra, em 1945, as portas se abriram ainda mais para quem quisesse ir à América para trazer a chave mágica que aqui abriria as portas de mais oportunidades profissionais.

Mas nem sempre isso era feito sem uma pontinha de mal-estar, pois se estava deixando de lado aquela Europa cheia de história, de encantos, de cultura, de monumentos, de bibliotecas seculares. A Europa fantasiada como humanística e principalmente a França, berço da liberdade, da igualdade e da fraternidade, deixavam saudades. A Europa tinha tudo isso, mas não tinha as técnicas e os recursos que transformaram suas bibliotecas em modelos que a própria Europa acabaria por seguir. Terminada a Segunda Guerra Mundial, a influência das práticas da biblioteconomia norte-americana foi se tornando hegemônica em quase todos os países ocidentais. O grande marco miliário dessa mudança, em meu entender, no campo das bibliotecas públicas, por exemplo, foi a inauguração, em Paris, em 1977, do Centre Georges Pompidou, com sua *bibliothèque publique d'information*. A Europa, nessa história de bibliotecas, curvava-se aos Estados Unidos.

Este intróito talvez tivesse sido dispensável. Desculpem-me, mas não consegui alcançar unanimidade nas ideias que pulsam em minha cabeça, umas favoráveis à sua permanência, outras à sua retirada. Concluí que, talvez, da experiência de cada um se chegue a traçar uma estratégia para superação dos problemas que nos reúnem hoje, aqui, na Universidade de São Paulo. Na própria justificativa de convocação deste fórum está evidente que nos reunimos para discutir um problema, ou vários problemas. Cito: “A área da Informação, estratégica para todos os segmentos produtivos do país, nas duas últimas décadas teve desenvolvimento acelerado para habilitar-se a responder às demandas cada vez maiores de conhecimento. Essa mutação acelerada criou no âmbito da universidade uma série de questões que devem ser equacionadas para que o ensino e a pesquisa respondam às necessidades do país.”

O problema está explicitado e, para mim, indica que o ensino e a pesquisa atualmente praticados na área da informação são insuficientes (ou deficientes) para que possamos dar nossa contribuição ao desenvolvimento, seja ele econômico, cultural, científico, tecnológico ou qualquer outra atividade que implique a melhoria de nossa sociedade.

Sobre a necessidade de avançar, de se desenvolver, lembro que, há 57 anos, a turma que estudava no curso da Biblioteca Nacional começava a se articular para melhorar a qualidade do ensino, o que, segundo se pensava, dependia de ampliar a duração do curso, de dois para três anos. Há quem diga, porém, que a luta por esse objetivo estava mais centrada numa reivindicação salarial do que no aperfeiçoamento do ensino, pois a lei do plano de classificação de cargos e salários do poder executivo federal, de 1960, havia estabelecido que a gratificação por nível universitário variaria segundo a duração de cada curso. Ganharia 25% quem tivesse feito cursos de duração igual ou superior a cinco anos, e o valor ia se reduzindo até 15% para os formados em cursos de três anos. Como o curso de biblioteconomia durava dois anos, os bibliotecários ficaram no ora-veja...

No mesmo ano, outra aspiração foi atendida: a criação do currículo mínimo, passo importante para a padronização dos programas de ensino, como era exigência legal. E, culminando com o devido esplendor esse verdadeiro *anno mirabilis* de 1962, tivemos a lei que regulamentou o exercício profissional e o início das atividades de ensino de biblioteconomia na Universidade de Brasília.⁷

Percorrendo com o olhar, hoje um tanto fatigado, o panorama que fomos construindo durante esse mais de meio século, o que notamos é uma planície cada vez mais nivelada, na maior parte das vezes sáfara, onde despontam, esparsos, oásis de realizações que cumprem com a missão social das bibliotecas. Uma das mais importantes iniciativas ocorridas nos últimos quarenta anos foi, sem dúvida, a implantação do mestrado. Talvez alguém tenha já analisado a evolução desses cursos e a orientação que foram assumindo. Tenho a impressão de que os primeiros que foram implantados tinham uma orientação de natureza menos teórica e teorizante. Pelo menos, no caso de Brasília, de que participei, nossa preocupação era com o planejamento.

⁷ BORGES, Maria Alice Guimarães; BRITO, Marcílio de. **Criação da Faculdade de Biblioteconomia da UnB 1962-1967**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2013, p. 33. Disponível em: <<http://www.youblisher.com/p/838374-Criacao-da-Faculdade-de-Biblioteconomia-da-UnB-1962-1967/>>.

O primeiro mestrado, do IBBD/IBICT, de 1970/1971, tinha como área de concentração: organização de serviços de informação, catalogação avançada, sistemas de classificação, técnica de indexação e resumos e processamento de dados na documentação. Hoje, sua área de concentração intitula-se ‘Informação e mediações sociais e tecnológicas para o conhecimento’, com as linhas de pesquisa ‘Comunicação, organização e gestão da informação e do conhecimento’ e ‘Configurações socioculturais, políticas e econômicas da informação’.³

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a área de concentração era administração de bibliotecas (1976). O curso de mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba (1977) tinha como área de concentração o tema biblioteca e sociedade, com o objetivo de analisar a prática bibliotecária no sentido “de reorientá-la para uma preocupação de não identificar quantidade como qualidade de sua contribuição ao social; refletir sobre a prática bibliotecária, situando-a no conjunto das práticas sociais, identificando: a realidade social existente, a atuação do bibliotecário nesta realidade, as instituições através das quais a atuação bibliotecária vem atingindo o público, e os organismos e movimentos alternativos às instituições oficiais, com os quais a prática bibliotecária possa vir a exercer-se, tais como as comunidades eclesiais de base, os movimentos de educação popular, etc.” Suas linhas de pesquisa eram, então, a atuação da biblioteca em comunidades, o planejamento e gerência de sistemas de serviços informacionais — que compreende o estudo da relação do Estado e biblioteca nos seus vários níveis, numa perspectiva histórica; informação para o desenvolvimento regional — aborda a informação para o insumo básico no processo de desenvolvimento socioeconômico em nível regional.

Comparemos com a atual área de concentração que agora se intitula Informação, Conhecimento e Sociedade cujo objetivo é “estimular estudos e pesquisas que visem à reflexão crítica a partir das temáticas que constituem duas linhas, como subsídios à consolidação científica da área da ciência da informação em nível nacional e internacional”. A primeira linha — Memória, organização, acesso e uso da informação — “envolve questões teóricas, conceituais, reflexivas e metodológicas voltadas à produção, apropriação, democratização, representação, usos e impactos da informação, e à proteção das memórias, do patrimônio cultural e identitário, associadas ou não às tecnologias de suporte”. A segunda linha — Ética, gestão e políticas da informação — “envolve questões teóricas, conceituais, reflexivas e metodológicas voltadas ao ciclo da gestão, às políticas de informação, inclusão e

responsabilidade ética e social, metodologias de gestão da informação e do conhecimento, redes sociais organizacionais, associadas ou não às tecnologias de suporte”.

Em determinado momento de sua inserção nos ambientes universitários, no mundo acadêmico, particularmente a partir da ordenação e cartorialização do mundo acadêmico pelo Estado, com a intermediação complacente dos *gatekeepers* locais da nova ciência, tem-se a impressão de que o ensino foi se distanciando das questões práticas e comezinhas do mundo real. Acredito que nas dissertações que então se faziam não se encontrariam frases do tipo “as análises foucaultianas dos artigos e citações, a partir do material bibliométrico, desvelaram importantes redes de relações entre textos, seus princípios polifônicos e intertextuais, além dos contextos em que os discursos foram produzidos e o poder de fala conferido a atores sociais desses textos”. Isso me lembra a história contada por Rubens Borba de Moraes. Segundo ele, um crítico foi fazer, no ateliê do pintor Edgar Degas, uma conferência sobre Arte, assim com A maiúsculo, em que falou de muitas coisas “bonitas e sutis”. Terminada a palestra, Degas comentou: “Mais non, Monsieur, l’art c’est plus bête que ça!” [Mas, não, senhor, a arte é muito mais simples do que isso!] (p. 186)⁸

É corrente nos estudos sobre a crise das profissões e da educação superior o comentário sobre a existência de profissões mais e menos importantes. Num estudo hoje clássico, Nathan Glazer falou das *major* e das *minor professions* (profissões principais e profissões secundárias). As *major professions* seriam, segundo ele, medicina e direito. As secundárias seriam todo o resto, e ele cita, por exemplo, referindo-se à situação norte-americana, entre outras, pedagogia, serviço social, jornalismo e biblioteconomia (*library administration*). Glazer comenta que os profissionais dessas áreas procuraram “eivar o seu status de modo a se equipararem ao das ‘profissões científicas’ [*learned professions*]. A criação de uma base de conhecimentos científicos e a incorporação a uma universidade foram consideradas como necessárias a esse melhoramento.”⁹

Esse afã por equiparar-se aos astros principais da constelação acadêmica acarretou, em primeiro lugar, uma busca ansiosa por novos guias, de preferência aqueles que, pela plasticidade de seu pensamento, pudessem ser cooptados das áreas científicas, eruditas, humanísticas e filosóficas, para a construção de um discurso em que se provasse que também éramos filhos de Minerva. Aos poucos foram sendo largados na beira da estrada os pensadores

⁸ MORAES, Rubens Borba de. **Testemunha ocular**: (recordações). Brasília: Briquet de Lemos, 2011, p. 186.

que haviam tido sua origem na prática biblioteconômica. Paul Otlet, Suzanne Briet, Ranganathan, Jesse Shera e tantos outros foram substituídos por estudiosos cujas praias estavam muito distantes das questões básicas e práticas de nosso ofício.

Quantos mestres e doutores foram titulados pelos cursos de pós-graduação em biblioteconomia, perdão, em ciência da informação? Quantos se dirigiram para o ensino? Quantos estão trabalhando em bibliotecas ou outras unidades de informação? Quantos buscaram essa titulação com a finalidade de obter um ganho salarial, em funções alheias ao conteúdo do curso frequentado? Quantos contribuíram com inovações tanto para a teoria quanto para a prática?

Segundo estimativas do Conselho Federal de Biblioteconomia haveria hoje uma demanda reprimida de 175 mil bibliotecários. Calcula-se que a produção anual dos quase 40 cursos de graduação seja de mil profissionais. Nesse ritmo, levaremos quase dois séculos, isto é, 175 anos para atender a essas necessidades. Acho que não chegaremos lá, nós, aqui presentes. Mesmo somando a isso os egressos dos cursos de mestrado e doutorado, os que se formam em cursos afins, os tecnólogos da informação e mais os técnicos de nível médio, concluímos que, para transformar nossa sociedade numa verdadeira sociedade da informação, o modelo atual está falido, morto, e ninguém ainda se deu conta disso.

A hipótese pessimista é que nossa sociedade chegará lá, mas que nós, bibliotecários como hoje nos apresentamos, seremos barrados nesse baile. A hipótese otimista é que essas estimativas sejam apenas uma simulação incosequente e que os 30 mil, ou 20 mil, profissionais atuais dão de sobra para as nossas necessidades. Não acredito em nenhuma das duas hipóteses. Mas acredito plenamente que se algum governante tomar a decisão de atender aos nossos reclamos e instalar uma biblioteca pública de verdade em cada município e em cada uma das escolas públicas do ensino fundamental e médio, teremos que colocar de quarentena a regulamentação da profissão, abri-la para pessoas que estejam dispostas a fazer cursos intensivos, reinventar os cursos de biblioteconomia (ou biblioteconomias?), ampliar os programas de ensino a distância, montar cursos online abertos e massivos (os MOOCs, muques ou moques, formalizar o treinamento em serviço, ampliar a oferta de atividades de competência informacional de modo a tornar os cidadãos cada vez mais autônomos na busca e utilização de informações. Partir para iniciativas inovadoras, não só de composição dos

⁹ GLAZER, Nathan. The schools of the minor professions. *Minerva*, v. 12, n. 3, July 1974.

conteúdos, mas de duração dos cursos, que poderiam ter sua duração reduzida. Reconhecer o fato de que leigos e amadores também podem organizar a informação. Apropriar-se de ferramentas disponíveis na internet para a organização de acervos, como os programas de catalogação social.

Algumas palavras correntes no mundo acadêmico são interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transversalidade. Quem lida com a informação não estaria no que poderíamos chamar de circum-disciplinaridade? Todas as disciplinas nos alimentam e alimentamos todas elas. Nas unidades mais complexas há necessidade de profissionais de diferentes campos atuando em equipe e em processo de intercâmbio de conhecimentos e experiências.

É provável que, com exceção das bibliotecas de um único profissional, poucas bibliotecas neste país contem com o trabalho exclusivo de bibliotecários. Estes não-bibliotecários podem ser mestres ou doutores em ciência da informação, com bacharelado em outras áreas, e que são contratados com outras denominações funcionais, ou profissionais que se mantêm em seu campo mas que atuam nas equipes multiprofissionais em bibliotecas de maior porte. Estou pensando nos profissionais de informática (ciência da computação), administração, linguística, história, educação, artes, animação cultural, jornalismo, psicologia, etc.

Nosso olhar vê apenas a ponta do *iceberg*. Na parte submersa há uma diversificada presença de profissionais e não profissionais que contribuem para que ainda haja serviços de bibliotecas, principalmente nas periferias pobres das cidades e nas zonas rurais. Alguém já estudou a possibilidade de adotar, em relação às bibliotecas, programa semelhante ao dos agentes comunitários de saúde? Buscar na experiência dos agentes de leitura do programa Arca das Letras e de outros projetos assemelhados ideias novas que permitam a esses trabalhadores atingir outro nível de capacitação?

A realidade diante de nós talvez esteja a sugerir que o futuro não está numa única biblioteconomia. Mas em múltiplas biblioteconomias. Por exemplo, a biblioteconomia patrimonial, para organizar e preservar a riqueza de nosso patrimônio bibliográfico. A biblioteconomia digital para nos levar, de forma inteligente, cooperativa, colaborativa e econômica, ao crescente mundo da informação em rede e dos documentos digitais e digitalizados. A biblioteconomia para as novas formas de educação que surgirão com a adoção

de novas formas de ensino e aprendizagem. Sem esquecer de estimular a biblioteconomia faça-você-mesmo: a biblioteconomia como bricolagem.

Ainda há mais temas perdidos. A cooperação e o trabalho voluntário, por exemplo. Mas vou ficando por aqui, para não entrar em especulações filosóficas como as do mito do eterno retorno, de Nietzsche. Não quero viver a mesma vida inúmeras vezes, sem nada de novo, regozando infinitamente os mesmos prazeres e padecendo as mesmas dores. Acho mais importante recorrer, neste epílogo, a palavras parecidas com as da tese de outro importante filósofo do século XIX e dizer: “Os cientistas da informação se limitaram até hoje a interpretar o mundo da informação; cabe agora transformá-lo.”

Artigo enviado em: 02 jun. 2014